



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0010929-29.2012.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação**
 Requerente: **Anderson Silva Saraiva**
 Requerido: **Ademir de Souza e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter vendido um automóvel ao primeiro réu, transação essa que contou com o financiamento levado a cabo pela segunda ré.

Alegou ainda que não foi providenciada a transferência de tal veículo, que indevidamente permaneceu em seu nome mesmo não sendo mais de sua propriedade.

Salientou que, como se não bastasse, em decorrência de débitos posteriores à transação mencionada acabou inserido perante o CADIN.

Almeja à declaração da inexistência de tais débitos, bem como ao recebimento de indenização para reparação dos danos morais advindos de sua injusta negativação.

A preliminar de ilegitimidade passiva ad causam suscitada pela segunda ré em contestação merece acolhimento.

Com efeito, o negócio trazido à colação envolveu dois aspectos distintos, a saber, a compra e venda do automóvel (entre o autor e o primeiro réu), de um lado, e o financiamento do preço ajustado (entre os réus), de outro.

As relações jurídicas que se estabeleceram a partir daí não se confundem e tampouco projetam reflexos reciprocamente.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Por outras palavras, os contratos firmados são independentes entre si, de sorte que as respectivas extensões concernem exclusivamente às consequências que lhes dizem respeito, apenas e tão somente.

Isso significa que as obrigações da segunda ré estão circunscritas ao financiamento do automóvel, não se lhe podendo ser opostas discussões em torno da compra e venda (efetiva transferência do veículo, defeitos do mesmo e assim por diante).

Não poderá ela bem por isso responder por omissão do primeiro réu, estando a mesma fora da esfera inerente à sua atuação na hipótese vertente.

Ausente, portanto, uma das condições da ação, é de rigor a extinção do processo sem julgamento de mérito quanto à ré **OMNI S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**.

Já em relação ao réu, o documento de fl. 20 respalda a versão do autor, evidenciando a venda do veículo ao réu em 2008.

É incontroverso, outrossim, que ele não procedeu à transferência que se lhe impunha, como admitiu em contestação.

O argumento utilizado para tanto (existência de débitos anteriores que não seriam de sua responsabilidade) não vinga, seja porque nada indica que isso tivesse sucedido, seja porque mesmo que assim fosse a circunstância não legitimaria a inércia ocorrida.

Deveria o réu promover a transferência e cobrar do autor o que entendesse cabível ou até postular a rescisão do contrato, mas nunca permanecer sem cumprir obrigação derivada de sua condição de novo proprietário do automóvel.

A despeito dessas considerações, a pretensão deduzida não pode prosperar.

Quanto à declaração da inexistência dos débitos contraídos, descabe a alternativa porque os credores deles não fizeram parte do processo e como sói acontecer não poderiam ser afetados por decisório aqui prolatado.

Quanto à indenização para ressarcimento de danos morais, o autor ostenta outras negativas além da aqui destacada (fl. 89) que não foram impugnadas em momento algum.

Tal circunstância inviabiliza o pedido a esse título na esteira de reiteradas manifestações do Colendo Superior Tribunal de Justiça:

“Agravos Regimentais no Recurso Especial. Inscrição em Cadastro de Proteção ao Crédito. Dano Moral não configurado. Devedor Contumaz. 1. Incabível o pagamento de indenização a título de dano moral quando já houver inscrição do nome do devedor em cadastro de proteção ao crédito. 2. Agravo desprovido.” (AgRg no REsp. 1046681/RS, rel. Min. **JOÃO OTÁVIO NORONHA**, 4ª Turma, j. 09/12/2008).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

*“Consumidor. Inscrição em Cadastro de Inadimplentes. Dano moral inexistente se o devedor já tem outras anotações regulares, como mau pagador. 1. Quem já é registrado como mau pagador não pode se sentir moralmente ofendido por mais de uma inscrição do nome como inadimplente em cadastros de proteção ao crédito; dano moral haverá se comprovado que as anotações anteriores foram realizadas sem prévia notificação do interessado. 2. Recurso especial não conhecido.” (REsp 1002985/RS, rel. Min. **ARI PARGENDLER**, 2ª Turma, j. 27/08/2008).*

A Súmula nº 385 do Colendo Superior Tribunal de Justiça assentou esse entendimento ao dispor que *“da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento”*.

Não se vislumbra, portanto, que o autor tivesse sofrido danos morais passíveis de ressarcimento.

Isto posto, julgo extinto o processo sem julgamento de mérito, com fundamento no art. 267, inc. VI, do Código de Processo Civil, relativamente à ré **OMNI S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**, bem como **JULGO IMPROCEDENTE** a ação quanto ao mais, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Torno sem efeito a decisão de fl. 22, comunicando-se.

P.R.I.

São Carlos, 23 de abril de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**